



## Conteúdo

<b>Relatório da administração</b>	
Relatório da administração	3
<b>Relatório dos auditores independentes</b>	
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
<b>Demonstrações financeiras</b>	
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações do resultado	11
Demonstrações do resultado abrangente	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	
<b>Base de preparação</b>	
1. Contexto operacional	15
2. Base de preparação	17
3. Moeda funcional e moeda de apresentação	17
4. Uso de estimativas e julgamentos	17
<b>Políticas contábeis</b>	
5. Base de mensuração	17
6. Políticas contábeis materiais	18
7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas	22
<b>Ativos</b>	
8. Títulos e valores mobiliários	22
9. Concessionárias e permissionárias	22
10. Ativo de contrato	23
<b>Passivos e patrimônio líquido</b>	
11. Fornecedores	23
12. Financiamento e debêntures	24
13. PIS e COFINS diferidos	27
14. Imposto de renda e contribuição social diferidos	28
15. Contingências	28
16. Patrimônio líquido	29
<b>Desempenho do exercício</b>	
17. Receita operacional líquida	30
18. Custos operacionais e despesas gerais e administrativas	31
19. Resultado financeiro	32
<b>Tributos sobre o lucro</b>	
20. Imposto de renda e contribuição social	32
<b>Outras informações</b>	
21. Transações com partes relacionadas	32
22. Gestão de riscos financeiros	33
23. Cobertura de seguros	36

## Relatório da administração

(em milhares de Reais)

### 1. Mensagem da administração

A administração da Pedras Transmissora de Energia S.A. (Companhia) em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter a apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

### 2. A Companhia

Denominação social	Pedras Transmissora de Energia S.A.	
Natureza jurídica	Sociedade anônima de capital fechado	
Data de constituição	30 de junho de 2008	
Sede	Rio de Janeiro	
Objeto social	Implantação, operação comercial e exploração do negócio de energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica	
Empreendimento	Linha de Transmissão 345 kV Adrianópolis – Macaé C1 e SE Venda das Pedras	Linha de transmissão (LT) 500kv Xingó – Camaçari II e Camaçari IV, C1 e C2
Potência	Linha de transmissão (LT) 500kv Xingó – Camaçari II e Camaçari IV, C1 e C2	-
Contrato de concessão	17/2008	11/2023
Características técnicas	Tensão de 345 kV, circuito simples	Tensão de 500 kV, circuito C1 e C2, duplo
Extensão aproximada	23,5 km	355 km

Em 31 de março de 2025, a Companhia deixou de ser controlada pela Celeo Redes do Brasil S.A. e passou a ser controlada pela Celeo Redes Transmissão e Renováveis S.A. (Celeo Renováveis), mediante a transferência da totalidade (100%) de suas ações.

### 3. Principais acontecimentos no exercício

#### (a) Receita Anual Permitida (RAP)

	Resolução Homologatória (RH) nº 3.481	Resolução Homologatória (RH) nº 3.348
Data da resolução	15 de julho de 2025	16 de julho de 2024
Ciclo tarifário	2025-2026	2024-2025
RAP estabelecida	22.322	19.589

Observa-se um aumento aproximado de 13,9%, resultante da combinação do reajuste positivo do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de 5,3%, e com a entrada em operação comercial do reforço associado à implantação do banco de capacitores em julho de 2024.

#### (b) Disponibilidade da linha de transmissão

A disponibilidade da linha de transmissão no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 100%.

#### (c) Financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A.

##### (i) Liquidação do financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Em 18 de agosto de 2025 foram pagos R\$ 150.000 de principal e R\$ 15.894 de juros. Dessa forma, a Companhia quitou o financiamento com Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB).

##### (ii) Financiamento longo prazo

No exercício findo em 2025 ocorreu desembolso de R\$ 276.442, por parte do BNB, relacionado ao Financiamento de Longo Prazo. O montante de R\$ 2.986 de juros foi pago durante o exercício.

#### (d) Debêntures

Durante o exercício findo 2025 a Companhia realizou 2 (duas) emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, no montante total de R\$ 600.000.

#### (e) Auditores independentes

Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela revisão da NBC 17, informamos que a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria das suas demonstrações financeiras societárias e regulatórias. Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os honorários dos auditores independentes totalizaram R\$157 (R\$132 em 31 de dezembro de 2024). No referido exercício não foram prestados serviços relacionados a trabalhos de não auditoria.

A contratação dos auditores independentes é de competência do Acionista, onde a política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras se fundamenta em evitar a existência de conflitos de interesse e em manter a preservação da independência do auditor.

#### **4. Governança corporativa**

As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência.

**(a) Diretoria**

A Companhia é administrada por 4 (quatro) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como a prática de atos de gestão no interesse da Companhia, de acordo com as competências e os limites previstos em seu Estatuto Social.

**(b) Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal, não é permanente, e será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas. Quando instalado, será composto por 3 (três) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Compete aos membros do Conselho Fiscal as atribuições e os poderes conferidos em lei.

#### **5. Declaração da Diretoria**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

---

José Mauricio Scovino de Souza

Diretor Técnico

---

Marcus Hansen Balata

Diretor Financeiro



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos Acionistas da

## Pedras Transmissora de Energia S.A.

## Rio de Janeiro - RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Pedras Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pedras Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente

Veja as Notas 6 e 10 das demonstrações financeiras

### Principais assuntos de auditoria

### Como a auditoria endereçou esse assunto

O reconhecimento do ativo de concessão e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”) requer o exercício de estimativas e julgamentos significativos na determinação de mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo.

A administração, no momento da adoção inicial do CPC 47, usou estimativas e julgamentos significativos para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas.

Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido nas premissas durante o reconhecimento inicial, consideramos a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes como um principal assunto em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de desempenho previstas contratualmente;

ii) a verificação se as premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e receitas, na margem do contrato e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo de cálculo do ativo de contrato estão conforme as premissas consideradas na adoção do CPC 47;

iii) Verificação se as bases de receita utilizadas para mensuração e realização do ativo de contrato são consistentes com os valores autorizados pelas resoluções homologatórias nº 3.481/2025 e nº 3.348/2024, e com os respectivos AVCs (avisos de créditos); e

iv) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes, e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O6 F-RJ



Milena dos Santos Rosa

Contadora CRC RJ-100983/O-7

## Balanços patrimoniais

### Em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa		275	1.407
Títulos e valores mobiliários	8 (i)	68.719	129.732
Concessionárias e permissionárias	9	2.841	2.258
Ativo de contrato	10	98.418	17.331
Impostos e contribuições a recuperar		7.518	295
Despesa antecipada		-	2.751
Outros ativos		1.586	1.580
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>179.357</b>	<b>155.354</b>
Depósitos judiciais		476	476
Títulos e valores mobiliários	8 (ii)	8.545	-
Ativo de contrato	10	1.934.949	409.306
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>1.943.970</b>	<b>409.782</b>
Imobilizado		241	241
<b>Total do imobilizado</b>		<b>241</b>	<b>241</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.944.211</b>	<b>410.023</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.123.568</b>	<b>565.377</b>
Fornecedores	11	42.964	4.092
Financiamento	12	4.452	150.000
Debêntures	12	39.958	-
Salários e encargos a pagar		191	123
Outros impostos e contribuições a recolher		9.369	1.662
PIS e COFINS diferidos	13	9.010	1.514
Encargos setoriais		887	780
Outros passivos		4.882	3.551
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>111.713</b>	<b>161.722</b>
Financiamento	12	272.568	-
Debêntures	12	598.823	-
PIS e COFINS diferidos	13	178.463	37.401
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	230.675	57.414
Adiantamento para futuro aumento de capital		12.500	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.293.029</b>	<b>94.815</b>
<b>Total dos passivos</b>		<b>1.404.742</b>	<b>256.537</b>
Capital social	16 (a)	300.187	226.473
Reserva de lucros	16 (b)	300.187	82.367
Dividendos adicionais		118.452	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>718.826</b>	<b>308.840</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>2.123.568</b>	<b>565.377</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do resultado

### Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>17</b>	<b>1.484.769</b>	<b>261.459</b>
Custo de construção	18 (a)	(913.081)	(143.096)
Custos operacionais	18 (b)	(3.536)	(2.511)
<b>Lucro bruto</b>		<b>568.152</b>	<b>115.852</b>
Despesas gerais e administrativas	18 (c)	(673)	(704)
Provisão para perda de crédito esperada	9	(67)	(31)
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(740)</b>	<b>(735)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>567.412</b>	<b>115.117</b>
Receitas financeiras		12.438	1.200
Despesas financeiras		(70.317)	(2.676)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>19</b>	<b>(57.879)</b>	<b>(1.476)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>509.533</b>	<b>113.641</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	(2.391)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(173.261)	(35.759)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>20</b>	<b>(173.261)</b>	<b>(38.150)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>336.272</b>	<b>75.491</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do resultado abrangente

### Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	336.272	75.491
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>336.272</b>	<b>75.491</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

### Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros		Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva Legal	Retenção de lucros			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>111.732</b>	<b>1.760</b>	<b>5.116</b>	<b>6.622</b>	<b>-</b>	<b>125.230</b>
Aumento de capital	16 (a)	114.741	-	-	-	-	114.741
Pagamento de dividendos	16 (b)	-	-	-	(6.622)	-	(6.622)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	75.491	75.491
Reserva legal	16 (b)	-	3.774	-	-	(3.774)	-
Reserva de retenção de lucros	16 (b)	-	-	71.717	-	(71.717)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>226.473</b>	<b>5.534</b>	<b>76.833</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>308.840</b>
Aumento de capital	16 (a)	73.714	-	-	-	-	73.714
Transferência de dividendos		-	-	(118.452)	118.452	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	336.272	336.272
Reserva legal	16 (b)	-	16.814	-	-	(16.814)	-
Reserva de retenção de lucros	16 (b)	-	-	319.458	-	(319.458)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>300.187</b>	<b>22.348</b>	<b>277.839</b>	<b>118.452</b>	<b>-</b>	<b>718.826</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

### Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		336.272	75.491
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		173.261	35.759
- Imposto de renda e contribuição social correntes		-	2.391
- Provisão para perda de crédito esperada	9	67	31
- PIS e COFINS diferidos	13	148.558	24.357
- Títulos e valores mobiliários - rendimento		(12.918)	(1.200)
- Juros, correção monet. e custo de transação s/ debêntures e	12	64.274	32
- Depreciação		-	1
- Efeito da revisão tarifária periódica	10	-	(3.203)
- Ativo de contrato - remuneração	10	(18.008)	(17.040)
- Ativo de contrato - impacto da entrada em operação do reforço	10	-	1.142
- Ativo de contrato - Impacto na alteração do desembolso	10	96.178	-
- Ativo de contrato - construção	10	(1.702.231)	(263.605)
		<b>(914.547)</b>	<b>(145.844)</b>
Variações em:			
- Concessionárias e permissionárias	9	(650)	(419)
- Ativo de contrato	10	17.331	15.759
- Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(7.223)	(295)
- Despesa antecipada		2.751	(2.751)
- Outros ativos		(6)	986
- Fornecedores		38.872	3.633
- Salários a pagar		68	53
- Imposto de renda e contribuição social a recolher		4.509	204
- Outros impostos e contribuições a recolher		7.707	1.242
- Encargos setoriais		107	88
- Outros passivos		1.331	2.599
		<b>(849.750)</b>	<b>(124.745)</b>
Impostos pagos sobre o lucro		(4.509)	(2.762)
Financiamento - pagamento de juros	12	(18.880)	(35)
		<b>(873.139)</b>	<b>(127.542)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Títulos e valores mobiliários - aplicações		(937.641)	(244.883)
Títulos e valores mobiliários - resgates		1.003.027	123.451
		<b>65.386</b>	<b>(121.432)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Aumento de capital	16	73.714	114.741
Adiantamento para futuro aumento de capital		12.500	-
Pagamento de dividendos	22	-	(13.242)
Financiamentos - captação	12	276.442	150.000
Debêntures - captação	12	600.000	-
Financiamento - pagamento de principal	12	(150.000)	(1.314)
Debêntures - custo de transação	12	(1.858)	-
		<b>806.621</b>	<b>250.185</b>
		<b>(1.132)</b>	<b>1.211</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.407	196
		<b>275</b>	<b>1.407</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1 Contexto operacional

A Pedras Transmissora de Energia S.A. (Companhia), sociedade anônima fechada, foi constituída em 30 de junho de 2008 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social (i) a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos.

Em 31 de março de 2025 a Companhia passou a ser controlada pela Celeo Redes Transmissão e Renováveis S.A. (Celeo Renováveis).

### 1.1 Contrato de concessão

Contrato de concessão	17/2008	11/2023
Objeto do contrato	Construção, operação e manutenção das instalações de transmissão	Construção, operação e manutenção das instalações de transmissão
Estados atendidos	Rio de Janeiro	Sergipe e Bahia
Empreendimento principal	Linha de Transmissão 345 kV Adrianópolis – Macaé C1 e SE Venda das Pedras	Linha de transmissão (LT) 500kv Xingó – Camaçari II e Camaçari IV, C1 e C2
Características técnicas da LT	Tensão de 345 kV, circuito simples	Linha de Transmissão 345 kV Adrianópolis – Macaé C1 e SE Venda das Pedras
Extensão aproximada	23,5 km	355 km
Instalações	(i) instalação de transmissão compostas pela Subestação (SE) Venda das Pedras em 345/138kV (800MVA), localizada no Estado do Rio De Janeiro; (ii) entradas de linha, banco de autotransformadores, capacitadores em derivação, barramento, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio; (iii) implementação de dois trechos de linha de transmissão 345 kV em circuitos simples, entre os pontos de seccionamento da Linha de Transmissão 345 kV Adrianópolis – Macaé C1 e SE Venda das Pedras com extensão aproximada de 23,5 km cada trecho de linha, (iv) as entradas de linha correspondentes na SE Venda das Pedras e (v) a aquisição dos equipamentos necessários para modificações nas entradas de linha das subestações Adrianópolis e Macaé.	(i) implantação de linha de transmissão (LT) 500kv Xingó – Camaçari II, C1 e C2, duplo, localizada nos Estados de Sergipe e Bahia; (ii) entradas de linha, Equipamentos de Compensação de Reativos e conexões, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio; (iii) é permitida a implantação, parcial ou integral, das LTs 500kV Xingó – Camaçari IV C1 e C2 na configuração de torres de circuito simples, por exemplo para possibilitar a conexão nas subestações terminais em função da localização dos respectivos Módulos de Entrada de Linha.
Potência	Subestação (SE) Venda das Pedras em 345/138kV (800MVA)	-
Data de assinatura	16 de outubro de 2008	29 de setembro de 2023
Prazo de vigência	30 anos	30 anos
Data de vencimento	16 de maio de 2038	29 de setembro de 2053
Entrada/Previsão de operação comercial	05 de dezembro de 2010	30 de abril de 2026

## 1.2 Receita Anual Permitida

	Resolução Homologatória (RH) nº 3.481	Resolução Homologatória (RH) nº 3.348
Data da resolução	15 de julho de 2025	16 de julho de 2024
Ciclo tarifário	2025-2026	2024-2025
RAP estabelecida	22.322	19.589

Um aumento aproximado de 13,95%, resultante da combinação do reajuste positivo do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), e da entrada em operação comercial do reforço referente a implantação do banco de capacitores.

## 1.3 Revisão Tarifária Periódica (RTP)

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) procederá a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, considerando o seguinte cronograma. Veja o impacto da RTP na nota explicativa 10.

	1ª revisão	2ª revisão	3ª revisão	4ª revisão	5ª revisão
Cronograma RTP – contrato 17/2008	2014-2015	2019-2020	2024-2025	2029-2030	2034-2035
Cronograma RTP – contrato 11/2023	2029-2030	2034-2035	2039-2040	2044-2045	2049-2050

## 1.4 Reforço

Reforço	Terceiro banco de autotransformador	Instalação do terceiro capacitor
Ato autorizativo	Resolução autorizativa 6.012, atualizado pelo despacho 6.169	Resolução autorizativa 11.642, atualizado pelo despacho 3.611
Data	30 de agosto de 2016 e 17 de janeiro de 2017	12 de abril de 2022 e 22 de setembro de 2023
RAP realizada	4.593	1.330
Obra	Implantação dos reforços referentes ao empreendimento: T2016-044 - SE Venda das Pedras – Terceiro banco de autotransformador 345/138 kV	Implantação do 3º banco de capacitores paralelo tem a finalidade de evitar violações de tensões no setor de 138kV em condições contingência na Linha 345kV Macaé - Venda das Pedras, trazendo assim um melhor controle de tensão para a área.
Data de entrada em operação	25 de julho de 2018	6 de julho de 2024

Veja o impacto dos reforços nas notas explicativas 10 e 17.

## 2 Base de preparação

---

### Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 17 de março de 2026.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

## 3 Moeda funcional e moeda de apresentação

---

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real brasileiro (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 4 Uso de estimativas e julgamentos

---

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota explicativa	Estimativas e julgamentos
6	Critério de apuração e remuneração do ativo de contrato
15	Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios
23	Análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

## 5 Base de mensuração

---

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

## 6 Políticas contábeis materiais

Uma nova norma contábil foi efetiva para o exercício iniciado após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou a nova norma contábil (listada abaixo) na preparação destas demonstrações financeiras, visto que não é aplicável.

Norma	Vigência
Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21)	01/01/2025

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário.

Prática	Nota explicativa	Descrição
<b>Títulos e valores mobiliários – circulante e não circulante</b>	<b>8</b>	Os saldos apresentados no circulante referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa. Incluem CDB com prazo de vencimento superior a 3 (três) meses. Os saldos apresentados no não circulante referem-se às aplicações financeiras em CDB para fins de garantia do financiamento.
<b>Receitas e despesas financeiras</b>	<b>19</b>	A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.  A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) custo amortizado do passivo financeiro.  No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo, quando o ativo não estiver com problemas de recuperação, ou, alternativamente, ao custo amortizado do passivo. A receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

Prática	Nota explicativa	Descrição
<p><b>Instrumentos financeiros – Classificação e mensuração</b></p>	<p><b>12</b></p>	<p>(a) Classificação e mensuração</p> <p>Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.</p> <p>Um ativo e um passivo financeiros são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro, exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que forem diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à emissão são adicionados ou reduzidos.</p> <p>Geralmente, ativos e passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não é substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação, é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado.</p> <p>A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação: (i) Custo amortizado - Um ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (ii) VJR - Os ativos financeiros ao VJR compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao VJR. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.</p> <p>(b) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros</p> <p>Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.</p> <p>A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.</p> <p>Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.</p>

Prática	Nota explicativa	Descrição
Ativo de contrato	10	<p>Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.</p> <p>De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.</p> <p>Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.</p> <p>Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo de Contrato”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:</p> <p>i. Reconhecimento de receita de construção Tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de 4% de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.</p> <p>ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção Registrada mensalmente, a partir da entrada em operação, considerando uma margem de 22% sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão.</p> <p>iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido Registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica “Remuneração do ativo de contrato”, utilizando a taxa de desconto de 12% definida no início de cada projeto.</p> <p>A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir:</p> <p>i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.</p> <p>ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.</p>

Prática	Nota explicativa	Descrição
<p><b>Imposto de renda e contribuição social</b></p>	<p><b>14 e 20</b></p>	<p>O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de (i) 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e (ii) 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, além de considerarem a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.</p> <p>A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.</p> <p>(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.</p> <p>Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.</p> <p>(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.</p> <p>Um ativo fiscal diferido, quando aplicável, é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada exercício e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.</p> <p>Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.</p> <p>A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.</p> <p>Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.</p>

## 7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Norma	Adoção	Vigência
Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações às CPC 48/IFRS9 e CPC 40/IFRS 7)	Não houve adoção antecipada e não se espera que esta alteração tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.	01/01/2026
Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7)		
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras (substituirá o CPC 26/IAS 1)	Não houve adoção antecipada; entretanto, a Companhia espera impactos relevantes na elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício e da Demonstração dos Fluxos de Caixa decorrentes da aplicação da IFRS 18. A Companhia encontra-se em processo de avaliação dos potenciais impactos desse pronunciamento sobre suas demonstrações financeiras.	01/01/2027

## 8 Títulos e valores mobiliários

### i. Circulante

A Companhia aplica seus recursos por meio de Certificados de Depósito Bancário (CDB) no Banco Santander Brasil e Banco Itaú, sendo o rendimento destes títulos atrelado ao Depósito Interbancário (DI). A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras do Banco Santander foi de 98,9% (97,5% em 31 de dezembro de 2024) e do Banco Itaú de 96,5% (97% em 31 de dezembro de 2024) do DI, ambos com vencimento em agosto de 2026.

A redução observada no exercício findo em 2025 refere-se à utilização do desembolso do financiamento com o BNB em 2024 para o investimento no contrato 11/2023, detalhado na nota explicativa 1.1. Veja nota explicativa 11 e 13 (a) para detalhes adicionais.

### ii. Não circulante

Para fins de garantia da operação do contrato de financiamento com o BNB, a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização do financiamento, em uma conta denominada “Conta Reserva”, valores equivalentes ao saldo mínimo de 3 (três) vezes o valor da prestação mensal vencida dos subcréditos I, II e III, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida.

Em 31 de dezembro de 2025, a totalidade das disponibilidades financeiras encontrava-se aplicada em Certificado de Depósito Bancário (CDB) emitido pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A., com remuneração pós-fixada atrelada a 100% do DI (Depósito Interfinanceiro).

## 9 Concessionárias e permissionárias

	2025	2024
A vencer - até 2 meses	2.662	2.169
Até 3 meses	148	63
De 3 a 6 meses	11	14
De 6 a 12 meses	20	12
Acima de 12 meses	98	31
Provisão para perda de crédito esperada (PCE)	(98)	(31)
	<b>2.841</b>	<b>2.258</b>

A movimentação da PCE está demonstrada a seguir:

<b>Em 31 de dezembro de 2024 e 2023</b>	<b>(31)</b>	<b>-</b>
Adições	(67)	(31)
<b>Em 31 de dezembro de 2025 e 2024</b>	<b>(98)</b>	<b>(31)</b>

## 10 Ativo de contrato

<b>Em 31 de dezembro de 2024 e 2023</b>		<b>426.637</b>	<b>159.690</b>
Receita de construção - Contrato 11/2023	(a)	1.702.231	256.379
Impacto na alteração do desembolso	(b)	(96.178)	-
Receita de construção - Reforço terceiro capacitor	(c)	-	7.226
Remuneração do ativo		18.008	17.040
Efeito da revisão tarifária periódica	(d)	-	3.203
Impacto da entrada em operação comercial - Reforço terceiro capacitor		-	(1.142)
Recebimentos		(17.331)	(15.759)
<b>Em 31 de dezembro de 2025 e 2024</b>		<b>2.033.367</b>	<b>426.637</b>

- (a) O aumento no exercício refere-se à evolução dos investimentos realizados no Contrato 11/2023. Para maiores detalhes veja nota explicativa 1.1.
- (b) O saldo se refere aos efeitos da alteração no cronograma de desembolso da obra do lote 6.
- (c) O saldo apresentado em 2024 refere-se aos investimentos realizados no Reforço terceiro capacitor. Para maiores detalhes veja nota explicativa 1.4 (b).
- (d) O saldo apresentado em 2024 refere-se ao impacto do reajuste da RTP no ciclo 2024-2025.

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Circulante	98.418	17.331
Não circulante	1.934.949	409.306
	<b>2.033.367</b>	<b>426.637</b>

O aumento observado no circulante refere-se a previsão da entrada em operação do Contrato 11/2023 em abril de 2026.

## 11 Fornecedores

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Materiais e serviços	14.152	2.195
Partes relacionadas	(i) 28.812	1.897
	<b>42.964</b>	<b>4.092</b>

- (i) Conforme descrito na nota explicativa 21 (a).

## 12 Financiamento de debêntures

	Financiamento		Financiamento		Debêntures 1 <sup>a</sup>		Debêntures 2 <sup>a</sup>	
Financiamento e debêntures	150.000	-	-	1.317	-	-	-	-
Custo de transação	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>150.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.317</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Captação	276.442	150.000	-	-	300.000	-	300.000	-
Juros	23.635	-	-	32	25.502	-	15.137	-
Custo de transação	(4.177)	-	-	-	(906)	-	(952)	-
Amortização - principal	(150.000)	-	-	(1.314)	-	-	-	-
Amortização - juros	(18.880)	-	-	(35)	-	-	-	-
Financiamento e debêntures	281.197	150.000	-	-	325.502	-	315.137	-
Custo de transação	(4.177)	-	-	-	(906)	-	(952)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>277.020</b>	<b>150.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>324.596</b>	<b>-</b>	<b>314.185</b>	<b>-</b>

O saldo do circulante apresentado no balanço patrimonial está demonstrado abaixo:

	Financiamento BNB		Debêntures	
	2025	2024	2025	2024
Circulante	4.452	150.000	39.958	-
Não circulante	272.568	-	598.823	-
	<b>277.020</b>	<b>150.000</b>	<b>638.781</b>	<b>-</b>

### i. Estrutura da dívida

#### (a) Financiamento BNB

No dia 18 de dezembro de 2024 a Companhia celebrou Contrato de Abertura de Crédito por Instrumento Particular com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) para captação do valor total de R\$ 150.000 que visam a antecipação dos recursos do Financiamento de Longo Prazo descrito na nota explicativa 1.1. Tal contrato visava a antecipação dos recursos de financiamento de longo prazo. O Contrato foi totalmente liquidado em 18 de agosto de 2025.

No dia 30 de dezembro de 2024 a Companhia contratou financiamento de longo prazo no valor de R\$ 313.242 com o Banco do Nordeste do Brasil S.A (BNB), mediante celebração de Contrato de Abertura de Crédito por Instrumento Particular (Financiamento de Longo Prazo). Os recursos desta operação são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e serão destinados à implantação das instalações de transmissão do contrato 11/2023. O valor total do financiamento foi de R\$ 276.442 divididos em 3 (três) subcréditos, conforme tabela a seguir.

	Curto prazo	Subcrédito I	Subcrédito II	Subcrédito III
Valor captado	276.442	122.665	61.777	92.000
Vencimento da 1 <sup>a</sup> parcela	18/08/2025		15/02/2028	
Vencimento da última parcela	18/08/2025		15/01/2049	
Finalidade	Obras civis e demais itens		Obras civis e demais itens	
Encargos	CDI + 2,43%	IPCA + 5,48%	IPCA + 5,48%	IPCA + 6,70%
Forma de pagamento	Principal e juros parcela única		Principal e juros mensais	

**(b) Financiamento BNDES**

A Companhia possuía contrato de financiamento com o BNDES. O Contrato foi assinado no dia 30 de dezembro de 2009 e foi destinado à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1. O Contrato foi totalmente liquidado em 14 de maio de 2024.

O valor total do financiamento foi de R\$ 27.006 divididos em 2 (dois) subcréditos:

	Subcrédito A	Subcrédito B
Valor captado	20.074	6.931
Vencimento da última parcela	15/10/2024	15/10/2024
Liquidação	14/05/2024	15/10/2024
Finalidade	Obras civis e demais itens	Máquinas e Equipamentos
Encargos	TJLP + 2,21%	TJLP + 4,5%
Forma de pagamento	Principal e juros mensais	Principal e juros mensais

**(c) Debêntures**

Durante o exercício findo 2025 a Companhia realizou 2 (duas) emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, no montante total de R\$ 600.000, conforme demonstrado abaixo.

	1ª Emissão	2ª Emissão
Data de emissão	10 de junho de 2025	29 de agosto de 2025
Data de vencimento	10 de setembro de 2028	10 de setembro de 2028
Finalidade	Implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1	Implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1
Valor total captado	300.000	300.000
Data de ingresso dos recursos	10 de junho de 2025	29 de agosto de 2025
Atualização do saldo principal	Correção pelo IPCA	Correção pelo IPCA
Taxa de juros	CDI + 0,50% ao ano	CDI + 0,37% ao ano
Classificação	Pública	Privada
Periodicidade dos juros	Pagamento semestral	Pagamento semestral
Pagamento de juros	Os Juros Remuneratórios serão pagos semestralmente, sendo a primeira parcela em 10 de junho de 2026 e o último na Data de Vencimento.	Os Juros Remuneratórios serão pagos semestralmente, sendo a primeira parcela em 10 de junho de 2026 e o último na Data de Vencimento.
Pagamento de principal	O Valor Nominal Unitário será amortizado em parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 10 de junho de 2028 e a última na Data de Vencimento.	O Valor Nominal Unitário será amortizado em parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 10 de junho de 2028 e a última na Data de Vencimento.

Na escritura das debêntures, a Companhia poderá realizar o resgate antecipado facultativo, total ou parcial, observando o cumprimento das condições previstas na escritura, inclusive a eventual incidência de prêmio, com o conseqüente cancelamento das debêntures resgatadas.

## ii. Estratégia para a contratação da dívida

Na avaliação prévia à contratação da dívida, a Companhia considerou os impactos sobre sua estrutura de capital, bem como fatores como disponibilidade e diversificação das fontes de recursos, custo, prazo e indexação, além da flexibilidade financeira proporcionada pelas diferentes alternativas de captação. A estratégia também levou em consideração a possibilidade de aproveitamento de eventual janela de mercado, em cenário de melhora das condições e redução das taxas de juros.

## iii. Fluxos dos pagamentos futuros

O fluxo estimado de pagamentos futuros inclui somente principal, capitalizado quando aplicável, tendo em vista que os pagamentos de juros ocorrem (i) trimestralmente durante o período de carência (para o financiamento), ou (ii) semestralmente (para as debêntures). Esse fluxo é calculado com base na posição final das dívidas em 31 de dezembro de 2025 e considerando que todas as amortizações de principal dos financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores de encargos incorridos, já reconhecidos nestas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025 o vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	Financiamento	Debêntures
Em 2028	6.813	598.823
Em 2029	22.111	-
Em 2030	17.767	-
A partir de 2031	225.877	-
	<b>272.568</b>	<b>598.823</b>

## iv. Cláusulas restritivas

O contrato de financiamento e a escritura das debêntures possuem cláusulas restritivas (*covenant*) financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As principais cláusulas restritivas estão descritas a seguir:

- (i) inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures e/ou prevista na escritura e/ou nos contratos de garantia
- (ii) liquidação, dissolução, extinção, pedido de recuperação judicial e declaração de falência da Companhia
- (iii) a Companhia deixar de ser uma sociedade de ações
- (iv) concessão de preferência a outros créditos e/ou assunção de novas dívidas ressalvados os endividamentos permitidos
- (v) cisão, fusão, incorporação da Companhia sem a prévia anuência dos Debenturistas, exceto conforme permitido na escritura de emissão
- (vi) inadimplemento e/ou vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia em valor igual ou superior a R\$ 10.000
- (vii) protesto de títulos contra a Companhia, cujo valor individual ou agregado ultrapasse R\$ 10.000, exceto se, dentro do prazo legal, a Companhia comprovar ao agente fiduciário que o protesto (a) decorreu de erro ou má-fé de terceiro ou é ilegítimo; (b) foi cancelado; (c) teve sua exigibilidade suspensa; (d) foi liquidado; ou (e) encontra-se garantido por garantias aceitas pelo credor ou pelo poder judiciário, conforme caso

v. **Composição do endividamento e da dívida líquida**

	2025	2024
<b>Dívida bruta</b>		
Financiamento	277.020	150.000
Debêntures	638.781	-
<b>Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliário</b>		
Caixa e conta corrente	(275)	(1.407)
CDB	(68.719)	(129.732)
Fundo de investimento	(8.545)	-
<b>Dívida líquida</b>	<b>838.262</b>	<b>18.861</b>

**13 PIS e COFINS diferidos**

Os saldos de PIS e COFINS registrados no passivo decorrem das receitas de construção e da remuneração do ativo de contrato reconhecidas pela Companhia desde o início da fase de construção até a presente data, em conformidade com o regime de competência e com os critérios de reconhecimento de receita previstos no ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, em conjunto com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Nos termos do ICPC 01, a Companhia reconhece a receita de construção à medida do progresso da execução das obras, com o correspondente reconhecimento do ativo de contrato, bem como a receita de remuneração associada à prestação contínua do serviço concedido, nos termos do contrato de concessão. Os tributos incidentes sobre tais receitas são reconhecidos simultaneamente ao reconhecimento da receita que lhes dá origem, em observância ao regime de competência.

A realização dos saldos de PIS e COFINS ocorrerá de forma gradual, à medida do recebimento da RAP, conforme previsto no contrato de concessão e em alinhamento com o fluxo de realização do ativo de contrato reconhecido contabilmente.

De acordo com a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que estabelece a extinção do PIS e da COFINS a partir de 2027, os saldos desses tributos apurados até a data de encerramento de sua incidência não estão sujeitos à baixa contábil, devendo ser mantidos nos registros da Companhia. A extinção dos tributos não implica o cancelamento das obrigações tributárias regularmente constituídas sob a legislação vigente à época dos respectivos fatos geradores, restringindo-se ao encerramento da incidência futura.

Dessa forma, ainda que a liquidação financeira ou a realização contábil desses saldos ocorra após 2027, a administração entende que a obrigação é exigível, uma vez que tais valores representam obrigações tributárias válidas, reconhecidas em conformidade com o ICPC 01 e o CPC 47, devendo permanecer registradas até sua efetiva liquidação ou até outra forma de realização expressamente prevista na legislação aplicável.

Por fim, a Companhia acompanhará de forma contínua os desdobramentos da Reforma Tributária, incluindo eventuais regulamentações complementares e pronunciamentos técnicos, avaliando tempestivamente os impactos contábeis e fiscais que eventualmente se façam necessários, em conformidade com a legislação vigente e com as normas contábeis aplicáveis.

A movimentação do PIS e da COFINS diferidos está demonstrada a seguir.

<b>Em 31 de dezembro de 2024 e 2023</b>	<b>38.915</b>	<b>14.558</b>
Despesa do ano corrente	148.558	24.061
Efeito sobre a RTP	-	296
<b>Em 31 de dezembro de 2025 e 2024</b>	<b>187.473</b>	<b>38.915</b>

O montante do PIS e da COFINS está demonstrado abaixo:

	2025	2024
PIS	33.441	6.942
COFINS	154.032	31.973
	<b>187.473</b>	<b>38.915</b>

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Circulante	9.010	1.514
Não circulante	178.463	37.401
	<b>187.473</b>	<b>38.915</b>

## 14 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025	2024
Imposto de renda	169.649	42.251
Contribuição social	61.026	15.163
	<b>230.675</b>	<b>57.414</b>

A composição do saldo está apresentada a seguir.

	Base de cálculo		IRPJ e CSLL	
	2025	2024	2025	2024
Provisão para perdas de crédito	(98)	(31)	(33)	(11)
Prejuízo fiscal	(41.271)	-	(14.022)	-
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	719.794	168.896	244.730	57.425
	<b>678.425</b>	<b>168.865</b>	<b>230.675</b>	<b>57.414</b>

## 15 Contingências

A Companhia é parte em um processo judicial, oriundos do curso normal de suas operações. Esse processo envolve assunto de natureza cível.

Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a administração mensurou e não identificou a necessidade de reconhecer provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada. Os valores de passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados que não possuem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

### (a) Desconto da parcela variável

A Companhia entrou com ação contra a ANEEL e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) com o objetivo de suspender a realização dos descontos a título de parcela variável por atraso na entrada em operação antes do julgamento do processo administrativo. O processo administrativo foi julgado e o desconto aplicado, o que acarretou na perda de objeto da ação judicial, seguida por sentença desfavorável à Companhia, condenando a mesma em honorários de sucumbência. A ANEEL entrou com recurso solicitando a majoração dos honorários de sucumbência. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor em risco é de R\$ 38 e R\$ 28, respectivamente e foi avaliada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível.

## 16 Patrimônio líquido

### (a) Capital social

Durante o exercício findo em 2025 e 2024, a acionista aumentou o capital social na Companhia em R\$ 73.714 e R\$ 114.741, respectivamente. O objetivo desse aporte foi suprir os pagamentos referentes ao investimento do Contrato 11/2023, conforme nota explicativa 1.1 (b)

Em 31 de março de 2025, a Companhia deixou de ser controlada pela Celeo Redes do Brasil S.A. e passou a ser controlada pela Celeo Redes Transmissão e Renováveis S.A. (Celeo Renováveis), mediante a transferência da totalidade (100%) de suas ações.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 300.187 e R\$ 226.473, respectivamente, dividido em 300.187 (trezentos milhões, cento e oitenta e sete mil) e 226.473 (duzentos e vinte e seis milhões, quatrocentas e setenta e três mil) ações ordinárias e nominativas, respectivamente, de valor nominal a R\$1,00 cada. Todas as ações são detidas pela Celeo Renováveis.

### (b) Reserva de lucros

#### i. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76.

A destinação da reserva legal está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Reserva legal	16.814	3.774

#### ii. Reserva de retenção de lucros

No exercício findo em 2025, devido a atual fase de construção referente ao contrato de concessão N° 11/2023, a administração da Companhia destinou o montante de R\$ 319.458 para a retenção de lucros.

A reserva de retenção de lucros ultrapassou o capital social em R\$ 118.452 e por isso o excesso foi destinado para dividendos adicionais propostos e será deliberado na próxima AGO.

A destinação da reserva de retenção de lucros está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Reserva de retenção de lucros	319.458	71.717

### (c) Dividendos mínimos obrigatórios

Devido a atual fase de construção referente ao contrato 11/2023, por meio da AGE, realizada em 10 de dezembro de 2024, foi deliberada que em caráter excepcional e temporário, para todos os fins do artigo 202 da Lei das S.A., o pagamento de dividendos anuais obrigatórios, ajustados na forma da lei, serão correspondentes a 0% (zero por cento) do lucro líquido do exercício ou do lucro líquido apurado em qualquer período.

**(d) Dividendo adicional proposto**

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas.

Foi constituído R\$ 118.452 de dividendo adicional proposto conforme descrito no item (b).

Reunião	Data	Valor	Deliberação
Assembleia Geral Ordinária	25 de abril de 2024	6.622	Aprovação para o pagamento de dividendos adicionais.

**17 Receita operacional líquida**

		2025	2024
Receita de construção - Contrato 11/2023	(a)	1.702.231	256.379
Receita de construção - Reforço terceiro capacitor		-	7.226
Remuneração do ativo		18.008	17.040
Receita de operação e manutenção		3.127	2.815
Efeito da revisão tarifária periódica	(b)	-	3.203
Impacto da entrada em operação comercial - Reforço terceiro capacitor		-	(1.142)
Ganho na RAP	(c)	9.686	3.030
Impacto na alteração do desembolso	(f)	(96.178)	-
Compartilhamento de infraestrutura		259	247
Parcela variável	(d)	(132)	(101)
<b>Receita bruta</b>		<b>1.637.001</b>	<b>288.697</b>
PIS e COFINS correntes		(2.756)	(2.049)
PIS e COFINS diferidos		(148.558)	(24.357)
Encargos setoriais	(e)	(918)	(832)
<b>Deduções da receita</b>		<b>(152.232)</b>	<b>(27.238)</b>
		<b>1.484.769</b>	<b>261.459</b>

- (a) O aumento no exercício refere-se à evolução dos investimentos realizados no Contrato 11/2023. Para maiores detalhes veja nota explicativa 1.1.
- (b) O saldo apresentado em 2024 refere-se ao impacto do reajuste da RTP no ciclo 2024-2025.
- (c) Refere-se a diferença entre a RAP projetada para fins de fluxo do ativo de contrato e a RAP realizada.
- (d) A parcela variável é reconhecida no momento da ocorrência do evento, por meio da Apuração Mensal dos Serviços e Encargos de Transmissão (AMSE) e quando não disponível, são realizadas provisões suficientes para garantir eventuais perdas.
- (e) Os saldos dos encargos setoriais estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Reserva global de reversão (RGR)	(727)	(560)
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	(235)	(186)
Taxa de fiscalização de serviços de energia (TFSEE)	44	(86)
	<b>(918)</b>	<b>(832)</b>

- (f) O saldo se refere aos efeitos da alteração no cronograma de desembolso da obra do lote 6.

## 18 Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

### (a) Custo de construção

A abertura do custo de construção está demonstrada a seguir:

	2025	2024		
	Contrato 11/2023	Contrato 11/2023	Reforço terceiro capacitor	Total
Máquinas, equipamentos e materiais	(475.573)	(95.282)	(799)	(96.081)
Serviços	(415.237)	(29.276)	(4.774)	(34.050)
Fundiário	(19.069)	(10.858)	-	(10.858)
Meio ambiente	(2.725)	(2.107)	-	(2.107)
Veículos	(477)	-	-	-
	<b>(913.081)</b>	<b>(137.523)</b>	<b>(5.573)</b>	<b>(143.096)</b>

### (b) Custos operacionais

		2025	2024
Manutenção de linhas e subestações	(i)	(1.113)	(513)
Pessoal		(894)	(781)
Vigilância e segurança		(372)	(383)
Viagem e hospedagem		(266)	(177)
Seguros		(231)	(238)
Serviço de operação e manutenção	(ii)	(193)	(184)
Material		(151)	(52)
Diversos		(316)	(183)
		<b>(3.536)</b>	<b>(2.511)</b>

(i) Refere-se aos custos para reparo e manutenção das suas linhas de transmissão e das subestações.

(ii) Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo, conforme nota explicativa 22 (a).

### (c) Despesas gerais e administrativas

		2025	2024
Consultorias		(297)	(247)
Prestação de serviços administrativos	(i)	(165)	(165)
Incentivos fiscais		(55)	(115)
Publicações		(38)	(38)
Viagem e hospedagem		(20)	(14)
Diversos		(98)	(125)
		<b>(673)</b>	<b>(704)</b>

(ii) Refere-se a prestação de serviços administrativos (contabilidade, fiscal, financeiro, jurídico e outros) realizados pela Celeo, conforme nota explicativa 21 (a).

## 19 Resultado financeiro

		2025	2024
Rendimento de aplicação financeira	(i)	12.438	1.200
<b>Receitas financeiras</b>		<b>12.438</b>	<b>1.200</b>
Juros - financiamento		(23.635)	(32)
Juros - debêntures		(40.639)	-
Custo de transação - financiamento		(3.043)	(10)
IOF - financiamento	(ii)	(243)	(2.203)
Outras despesas		(2.757)	(431)
<b>Despesas financeiras</b>		<b>(70.317)</b>	<b>(2.676)</b>
		<b>(57.879)</b>	<b>(1.476)</b>

- (i) Conforme demonstrado na nota explicativa 13, o aumento do rendimento de aplicação financeira está relacionado as captações do financiamento e das debêntures.
- (ii) Refere-se ao Imposto sobre operações financeiras (IOF) sobre a captação do financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), conforme nota explicativa 13 (a).

## 20 Imposto de renda e contribuição social

	2025	2024
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>509.533</b>	<b>113.641</b>
Despesa de IR e CS à alíquota nominal de 34%	(173.241)	(38.638)
Incentivo fiscal - IRPJ	47	(115)
Exclusões	(67)	603
<b>Despesa de IR e CS à alíquota efetiva</b>	<b>(173.261)</b>	<b>(38.150)</b>
IR e CS correntes	-	(2.391)
IR e CS diferidos	(173.261)	(35.759)
Alíquota efetiva	34%	34%

## 21 Transações com partes relacionadas

### (a) Transações comerciais

	Tipo de transação	Índice de correção	Prazo	Vencimento	Passivo		Resultado	
					2025	2024	2025	2024
Celeo	Backoffice	IPCA	4 anos	2026	35	49	(193)	(184)
Celeo	O&M	IPCA	4 anos	2026	-	-	(165)	(165)
Celeo	Lote 6	IPCA	4 anos	2026	1.872	1.811	-	(1.812)
Elecno	Lote 6	IPCA	4 anos	2026	26.905	37	-	-
					<b>28.812</b>	<b>1.897</b>	<b>(358)</b>	<b>(2.161)</b>

As transações comerciais com a Celeo referem-se a (i) serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica “custos operacionais”; (ii) prestação de serviços administrativos. A despesa desse contrato é registrada na rubrica “despesas gerais e administrativas”; e (iii) refere-se aos gastos relacionados ao leilão Aneel para o Lote 6.

**(b) Remuneração da administração**

Durante o exercício findo 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve atribuições de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo Celeo.

**(c) Dividendos**

<b>Em 31 de dezembro de 2024 e 2023</b>	-	<b>6.622</b>
Aprovação para pagamento de dividendos adicionais	-	6.622
Pagamento de dividendos	-	(13.242)
<b>Em 31 de dezembro de 2025 e 2024</b>	-	-

## 22 **Gestão de riscos financeiros**

**(a) Considerações gerais e políticas**

A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, (ii) de mercado, (iii) de crédito e (iv) de liquidez. A Companhia não contratou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados.

**i. Gestão de risco de capital**

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de capital em linha com seu plano de negócios e seus objetivos.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor, observadas as condições do Contrato de Concessão, do Contrato de Financiamento e da Escritura de Emissão de Debêntures, a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas e a emissão de novas ações e outras ações de adequação de estrutura de capital.

**ii. Gestão de risco de mercado**

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento e as debêntures da Companhia possuem taxas pré-fixadas ou é indexado ao IPCA, da mesma forma que a receita do contrato de concessão.

**iii. Gestão de risco de crédito**

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

**iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais**

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados para suas contrapartes comerciais.

Como forma de gerenciamento e mitigação do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, em conformidade com a regulamentação regulatória. Na hipótese de haver pendência de pagamento, a Companhia, na qualidade de agente de transmissão, pode encaminhar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) um pedido de acionamento do mecanismo de garantia financeira, conforme estabelecido pelo Contrato de Uso de Sistema de Transmissão

assinado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) com os agentes acessantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Eventualmente, pode ocorrer que um usuário obtenha posicionamento jurídico favorável à suspensão parcial ou total dos pagamentos dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), seja devido a reestruturação de passivos ou questionamento dos termos e condições do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST). A Companhia não é parte ativa destas discussões e tem o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro assegurado pelo Contrato de Concessão. Apesar de não haver histórico de perdas materiais, a Companhia adotou uma política de provisão baseada em atrasos superiores a 12 meses.

### iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, mediante avaliação de seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

### iv. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia visa a mitigação do risco de liquidez, analisando possíveis descasamentos entre recebimentos e desembolsos programados, embora durante período de operação não seja esperado que os desembolsos superem os ingressos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa visa antecipar a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, permitindo maior tempo para análise, estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos de renda fixa com liquidez diária.

### (b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado.

Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável\* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução ou aumento de 25%; e (iii) redução ou aumento de 50% do cenário provável, respectivamente.

	Risco	Cenários		
		(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(11.590)	(8.692)	(5.795)
Financiamento	Aumento do CDI	42.180	52.724	63.269
Debêntures	Aumento do CDI	96.096	120.120	144.144

\*Fonte: O CDI para o cenário provável (15%) foi considerado conforme relatório Focus de 2 de janeiro de 2026.

**(c) Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros**

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

		Hierarquia do valor justo	2025		2024	
			Custo amortizado	VJR	Custo amortizado	VJR
Caixa e equivalente de caixa			275	-	1.407	-
Títulos e valores mobiliários	8	Nível II	-	68.719	-	129.732
Concessionárias e permissionárias	9		2.841	-	2.258	-
<b>Ativos Financeiros</b>			<b>3.116</b>	<b>68.719</b>	<b>3.665</b>	<b>129.732</b>
Fornecedores			42.964	-	4.092	-
Financiamento	12		281.197	-	150.000	-
Debêntures	12		640.639	-	-	-
<b>Passivos Financeiros</b>			<b>964.800</b>	<b>-</b>	<b>154.092</b>	<b>-</b>

**(d) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)**

A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros reconhecidos nestas demonstrações financeiras.

		Hierarquia do valor justo	2025		2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures 1ª emissão	12	Nível II	325.502	325.502	-	-

As debêntures são classificadas como “outros passivos financeiros ao custo amortizado” e a Administração avaliou que seu valor contábil se aproxima do seu valor justo, exceto quando essas debêntures possuem cotações divulgadas pela ANBIMA conforme negociações ocorridas no mercado secundário na data do balanço. O mercado secundário Bolsa, Balcão é considerado ativo pois os preços cotados estão disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, permitindo que as cotações reflitam transações de mercado reais que ocorreram em bases puramente comerciais. Contudo, cabe esclarecer que a precificação de debentures é prejudicada pela incipiência do mercado de capitais levando à formação de preços com baixíssima amostragem.

Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. A Companhia considera que os saldos contábeis do financiamento, classificados como “passivos financeiros ao custo amortizado”, aproximam-se dos seus valores justos.

## 23 Cobertura de seguros

A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e que são julgados suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros, exceto para as linhas de transmissão. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros está demonstrada abaixo:

	Data de vigência	Importância segurada
Risco operacional	30.06.2025 a 30.06.2026	84.037
Responsabilidade civil	30.06.2025 a 30.06.2026	20.000
Responsabilidade da administração	16.04.2025 a 16.04.2026	50.000
Construtor ANEEL	28.09.2023 a 29.12.2028	60.170

\*\*\*

\_\_\_\_\_  
José Mauricio Scovino de Souza  
Diretor Técnico

\_\_\_\_\_  
Marcus Hansen Balata  
Diretor Financeiro

\_\_\_\_\_  
Bruno M. S. M. Melo  
Contador  
CRC-RJ 111193/O-8